



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

**PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM
SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)**

MUNICÍPIO OURO VERDE /SC

2022



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Prefeito(a) Municipal

Moacir Mottin

Vice-Prefeito(a)

Geovana do Prado da Motta

Secretário(a) Municipal de Saúde

Henrique Vogel

Secretário(a) Municipal de Meio Ambiente

Vitor Dirceu Fabris

Secretário(a) Municipal de Infraestrutura

João Canton

Secretário(a) Municipal de Assistência Social

Gilmar dos Santos Lara

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

Sala de Reuniões no Gabinete da Prefeitura Municipal



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

1. Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável (eis)
Revisão 0	19/10/2022	CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO/ ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)	Dirlei Pasini Guiotto Jessica Cadini Poliane Zanata Nunes
Revisão 1	04/11/2022	ATUALIZAÇÃO DO PPR-ESP 2022-2024	Dirlei Pasini Guiotto Poliane Zanata Nunes
Revisão 2	06/2023	ATUALIZAÇÃO DO PPR-ESP 2022-2024	MEMBROS COES PORTARIA Nº 087/2022
Revisão 3	06/2024	ATUALIZAÇÃO DO PPR-ESP 2022-2024	MEMBROS COES PORTARIA Nº 087/2022

2. Compartilhamento do plano via Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos (SGPe): o município de Ouro Verde/SC não tem acesso ao sistema estadual SGPe, e não enviou o plano via sistema eletrônico.

Local	Responsável	Nº do Processo



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3. Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	e-mail	Telefone(s)
Secretário Municipal de Saúde	Henrique Vogel	saude@ouroverde.sc.gov.br	(49)3447-0037 (49)98815-9568 (49) 99164-6750
Ponto focal do VIGIDESASTRES (Fiscal sanitarista)	Dirlei Pasini Guiotto	vig.sanitaria@ouroverde.sc.gov.br	(49)3447-0037 (49)98808-8760

4. Equipe de elaboração do PPR-ESP

Integrantes
I. Dirlei Pasini Guiotto
II. Poliane Zanata Nunes
Colaboradores
I. Henrique Vogel
II.
Revisores
I. Dirlei Pasini Guiotto
II. Poliane Zanata Nunes



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Lista de Abreviaturas

SUS - Sistema Único de Saúde

VE - Vigilância Epidemiológica

VS - Vigilância Sanitária

ACS - Agente comunitário de Saúde

ACE - Agente combate endemias

PPR-ESP - PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A
EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA

SGPe - Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos

COES - comitê de operações de emergência em saúde

ESF – estratégia da saúde da família

APS – atenção primária a saúde

GESAM - Gerência em Saúde Ambiental

DIVS/SC - Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina

COEs-Saúde Municipal - Comitê Operativo de Emergência em Saúde
Municipal

UBS – Unidade básica de saúde



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Sumário

Apresentação

1.1 Objetivo Geral

1.2 Objetivos Específicos

2. Marco legal e normativo

3. Caracterização do Município

3.1 Aspectos Socioeconômicos

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

3.3 Atividades Econômicas

3.4 Características físicas

3.4.1 Clima

3.4.2 Pluviometria

3.4.3 Pedologia

3.5 Hidrografia

3.6 Saúde

3.7 Assistência Social

3.8 Segurança

3.9 Obras

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

5. Gestão de Risco em Desastres

5.1 (Inserir a classificação do desastre, de acordo com o COBRADE)

5.2.1 Redução de riscos

5.2.2 Resposta

5.2.3 Recuperação

6. Organização da resposta às emergências em saúde pública.

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

6.2 Sala de situação

7. Informações à população



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

8. Capacitações

9. Referências

Glossário



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Apresentação

No Brasil, assim como em outros países, há uma tendência de crescimento dos desastres de origem natural (como as inundações, secas e deslizamentos) e tecnológicos (químicos e radioativos) e de seus impactos humanos (incluindo os impactos sobre a saúde), ambientais e materiais. Paralelamente a esse crescimento, observa-se que o tema dos desastres vem ganhando cada vez mais espaço nas agendas de governos e da sociedade de modo geral.

Os desastres são variados e muitas vezes imprevisíveis, cada um deles tem uma particularidade em relação ao tipo de evento, sua complexidade, ao tamanho da área afetada e às características da população exposta, bem como diferentes condições socioambientais presentes no território, que podem afetar de formas variadas a saúde das populações.

A gestão de risco de desastres exige um processo de antecipação, planejamento e preparação para resposta, envolvendo os diferentes setores e esferas de governo, assim como a sociedade organizada e as comunidades suscetíveis. Nesse processo, a organização governamental do município, envolvendo os seus diferentes setores, é de fundamental importância, já que situações de desastres ocorrem no território e o município é o primeiro respondedor.

A preparação e a resposta aos desastres no setor saúde devem considerar algumas premissas e alinhar-se aos princípios do SUS. Para responder aos desastres, é necessário estruturar COES (comitê de operações de emergência em saúde); e o PPR-ESP (PLANO DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA), bem como levantar informações sobre desastres e vulnerabilidades locais; levantar capacidade de resposta; mapear vulnerabilidades e capacidade de resposta; preparar o setor saúde para responder aos desastres; capacitar profissionais e realizar exercícios simulados a nível de região com profissionais da defesa civil.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Material de apoio: Guia de Preparação e Respostas do Setor Saúde aos Desastres.

Freitas, Carlos Machado de Guia de preparação e respostas do setor saúde aos desastres / Carlos Machado de Freitas, Maíra Lopes Mazoto e Vânia da Rocha. — Rio de Janeiro, RJ : Fiocruz/Secretaria de Vigilância em Saúde, 2018.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

1. Objetivos

1.1 Objetivo Geral

Manter o acolhimento à população atingida pelos eventos adversos, bem como para intensificar ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde, buscando minimizar o impacto e os riscos decorrentes das situações adversas provocados por desastres naturais sobre a saúde pública.

1.2 Objetivos Específicos

1. Manter atualizado o PPR-ESP e os membros do COES;
2. Levantar informações sobre desastres e vulnerabilidades locais;
3. Elaborar capacidade de resposta juntamente com todas as secretarias municipais envolvidas;
4. Preparar o setor saúde para responder aos desastres.

Material de apoio: Guia de Preparação e Respostas do Setor Saúde aos Desastres.

2. Marco legal e normativo

Para embasamento das ações propostas neste PPR-ESP, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- Lei nº 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Portaria nº 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).
- Lei nº 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Portaria nº 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.
- Decreto nº 7.616 (2011): "Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS".
- Portaria nº 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto nº7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).
- Decreto nº 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".
- Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- Lei nº 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.
- Decreto nº 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Portaria nº 188 (2020): "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)".
- Decreto nº 10.212 (2020): "Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005". No documento "Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)" referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, "a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas".
- Portaria SES nº 614 (2021): visa "instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde".
- Portaria SES nº 615 (2021): visa "aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)".
- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.
- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.

3. Caracterização do Município

3.1 Aspectos Socioeconômicos

De acordo com dados IBGE (2021), os principais aspectos populacionais e econômicos, Ouro Verde /SC, tem a População estimada: 2.197 pessoas, e a Densidade demográfica 12,00hab/km².

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH do município segundo IBGE (2021) 0,695, é uma medida resumida do progresso em longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3.3 Atividades Econômicas

Sua economia é baseada na agricultura, com destaque para a produção de soja, milho e bovinocultura de leite.

3.4 Características físicas

3.4.1 Clima

O clima do município é do tipo mesotérmico úmido, com a temperatura média girando em torno de 18.0 °C. Em Ouro Verde existe uma pluviosidade significativa ao longo do ano, com média anual de 2100 mm e mesmo no mês mais seco a pluviosidade é alta. O mês mais seco é novembro, com 139 mm de precipitação e o mês de Outubro é o mês com maior precipitação, apresentando uma média de 213 mm.

Levantamento de Dados do S2ID - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres

Referente anos 2013 até a data: 04/11/2022

link acesso : <https://s2id.mi.gov.br/paginas/relatorios/>

08/10/2013- Enxurradas

29/07/2014 – chuvas intensas

01/2015 até 01/2016 – sem eventos

23/02/2017 – Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas

05/07/2017 - Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas

04/10/2018 - Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas

19/12/2018 - Tempestade Local/Convectiva – Vendaval

18/09/2019 – Estiagem



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

24/03/2020 - Doenças infecciosas virais

02/07/2020- Tempestade Local/Convectiva – Vendaval

27/11/2020 - Estiagem

23/09/2021 - Tempestade Local/Convectiva – Granizo

27/04/2021- Doenças infecciosas virais

14/01/2022 – Estiagem

25/03/2022 - Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas

06/05/2022 - Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas

14/10/2022 - Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas

3.4.2 Pluviometria

O município de Ouro Verde, está localizado no meio Oeste Catarinense, está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, dentre os principais afluentes temos, Rio Chapecó, Chapecózinho e Irani e demais tributários contribuintes da bacia que drenam o núcleo urbano do município (Córrego Anta Gordinha e Melância), vários bairros incluindo-se a zona central, avançam sobre estas planícies e estão sujeitos a inundações sazonais condicionadas pelo regime de chuvas incidentes na bacia. A inundação nestas áreas, nem sempre ocorre de forma lenta e gradual para possibilitar a remoção das pessoas e de seus pertences. Existem ocupações em encostas do tipo corte/aterro; são encostas íngremes formadas por solos coluvionares provenientes da alteração de rochas basálticas da Fm. Serra Geral. Foram diagnosticados 9 (nove) setores de risco em Ouro Verde/SC, sendo 8 de tipologia de inundação, de grau alto e apenas 1 (um) setor de tipologia de deslizamento (corte verticalizado e aterro) de grau alto.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

As chuvas de granizo, vendavais, estiagens, ondas de frio e de calor e chuvas fortes e continuadas são também fatores de risco que podem ocorrer eventualmente e apresentar grau de risco variável, representando prejuízos econômicos ao município e, especialmente, danos e agravos à saúde da população residente.

Instituto Nacional de Meteorologia - INMET

Link: <https://portal.inmet.gov.br/dadoshistoricos>

Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC

Link: <http://clima1.cptec.inpe.br/monitoramentobrasil/pt>

3.4.3 Pedologia

Link: <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Prevencao-de-Desastres/Produtos-por-Estado---Setorizacao-de-Risco-Geologico-5390.html>

3.5 Hidrografia

Link:
https://www.aguas.sc.gov.br/jsmallfib_top/DHRI/bacias_hidrograficas/bacias_hidrograficas_sc.pdf

3.6 Saúde

- UBS Central Pedro Rebeschini, CNES: 2410990 Unidade Sanitária Sede Ouro Verde;
- Serviços: Atenção primária a saúde, ESF;
- Vigilância Sanitária
- Vigilância Epidemiológica
- Setor de Imunizações/ sala de vacinas
- Referência Hospitalar - HRSP Xanxerê e HRO de Chapecó
- Suporte hospitalar próximo HRE Abelardo Luz
- Assistência Farmacêutica, na UBS e farmácia popular municipal



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Rede de laboratórios, serviço terceirizado no município contemplado com dois postos de coleta, LACEN/SC.

3.7 Assistência Social

Centro de Referência de Assistência Social-CRAS – Avenida Pedro Biotto Sobrinho, Centro, Ouro Verde - SC.

Secretario da Assistência Social Gilmar dos Santos Lara – (49) 98877-4545

3.8 Segurança

Polícia Militar, posto de comando Abelardo Luz – Sargento Carlos Guinzeli – (49) 98401-3360

Suporte Corpo de Bombeiros de Abelardo Luz – (49) 3382-2255

3.9 Obras

Secretaria de Obras do Município de Ouro Verde – Rua Natalino Catapan, Centro, Ouro Verde – SC

Secretário de Obras do Município de Ouro Verde Joao Canton – (49) 98809-2880.

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

As informações sobre desastres no município de Ouro Verde, foram listadas e avaliadas num período dos últimos dez anos, foi descrito o histórico registrado dos eventos ocorridos, como acidentes de origem antropogênica, envolvendo produtos químicos, ou natural, como estiagem e inundações. Podem ser expostas diversas áreas e populações, os impactos humanos, os



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

danos materiais e principais setores afetados, incluindo o setor saúde, que pode ter seus serviços comprometidos.

4.1 Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos.

Dia / Mês /Ano	Classificação do Desastre (COBRADE – Anexo XX) http://www.defesacivil.rj.gov.br/images/formularios/COBRADE.pdf	Breve relato
08/10/2013	1. Natural 2. Hidrológico 2. enxurradas	Ocorreu chuvas intensas e concentradas. Não teve poder destrutivo grave.
29/07/2014 23/02/2017 05/07/2017 04/10/2018 25/03/2022 06/05/2022 14/10/2022	1. Naturais 3. Meteorológico 2. Tempestades 1. Tempestade local/Convectiva 4. Chuvas intensas	Chuvas que ocorrem com acumulados significativos, causando alguns desastres inundações e enxurradas
19/12/2018 02/07/2020	1. Naturais 3. Meteorológico 2. Tempestades 1. Tempestade local/Convectiva 5. Vendaval	Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

18/09/2019 27/11/2020 14/01/2022	1. Naturais 4. Climatológico 1. Seca 1. Estiagem	Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.
24/03/2020 27/04/2021	1. Naturais 5. Biológico 1. Epidemias 1. Doenças infecciosas virais	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.
23/09/2021	1. Naturais 3. Meteorológico 2. Tempestades 1. Tempestade local/Convectiva 3. Granizo	Precipitação de pedaços irregulares de gelo

Os desastres naturais envolvem, simultaneamente, processos naturais e sociais que impactam na comunidade, em função dos padrões de interação que ocorrem entre os eventos de origem natural e a organização da sociedade.

Eventos geológicos ou geofísicos: envolvem os processos erosivos, de movimentação de massa e de deslizamentos resultantes de processos geológicos ou fenômenos geofísicos, dentre outros.

Eventos meteorológicos: envolvem os processos que resultam em fenômenos, tais como, as descargas elétricas atmosféricas (raios), ciclones tropicais e extratropicais, tornados e vendavais, dentre outros.

Eventos hidrológicos: envolvem os processos que resultam em alagamentos, enchentes, inundações graduais e bruscas, além de movimentos de massa úmida(deslizamentos), dentre outros.

Eventos climatológicos: envolvem os processos relacionados à estiagem e à seca, queimadas e incêndios florestais, chuvas de granizo, geadas e ondas de



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

frio e de calor, dentre outros. Gerência em Saúde Ambiental – GESAM /
Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina – DIVS/SC

Eventos biológicos: envolvem os processos relacionados às infestações e pragas, além de pandemias e epidemias, dentre outros.

Os danos à saúde não ocorrem, unicamente, na duração do desastre, mas podem perdurar por certo tempo após o período de incidência ou crítico, dependendo das condições sanitárias do local. Essa constatação significa que, muitos danos podem ser evitados mediante as ações preventivas e até mesmo, durante a fase de recuperação do desastre.

5. Gestão de Risco em Desastres

O setor saúde participa de todas as etapas da gestão de risco de desastres (Quadro 00).

Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde Ambiental, o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde.

Em 2022, o Programa VIGIDESASTRES foi instituído neste município e o ponto focal do VIGIDESASTRES atualmente é a Sala de Reuniões no Gabinete da Prefeitura Municipal o ponto focal do VIGIDESASTRES do município.

Baseado também na DELIBERAÇÃO 99/CIB/2022. Aprovar o Plano Estadual de VIGIDESASTRES elaborado pela GESAM/DIVS/SUV para o



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

biênio 2022-2024, estabelece as ações do VIGIDESASTRES no Estado de Santa Catarina, com vistas a fomentar as estratégias coordenadas de atuação no Sistema Único de Saúde (SUS) em nível interinstitucional e intersetorial em resposta às Emergências em Saúde Pública (ESP) e de seus desdobramentos as diretrizes para o enfrentamento dos desastres naturais e antropogênicos no território catarinense.

5.1 Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres.

Etapa	Fase	Objetivo
Redução Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças.	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência.
	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso.
	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Etapa	Fase	Objetivo
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco.
	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento.
Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis.
	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos.

Fonte: CGVAM/DSAST/SVS/MS

Deve-se apresentar as ações a serem desenvolvidas na gestão do risco, uma vez que o PPR-ESP deve prever o provimento de:



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Água potável e segura (distribuição de hipoclorito deve ser avaliada);
- Acesso adequado a saneamento;
- Segurança alimentar;
- Abrigos;
- Serviços clínicos básicos.

5.1 A classificação e codificação Brasileira de desastres – COBRADE, ver anexo III.

5.2 Atuação de gestão do risco municipal

A gestão de risco de desastres exige um processo de antecipação, planejamento e preparação para resposta, envolvendo os diferentes setores e esferas de governo (municipal, estadual e federal), assim como a sociedade organizada e as comunidades suscetíveis. Nesse processo, a organização governamental do município, envolvendo os seus diferentes setores, é de fundamental importância, já que situações de desastres ocorrem no território e o município é o primeiro respondedor, baseado nesse contexto e realidade já vivenciada com acontecimentos recentes e de ocorrência com maior frequência foi construído esse PPR-ESP em Ouro Verde.

Foram diagnosticados 9 (nove) setores de risco em Ouro Verde/SC, sendo 8 de tipologia de inundação, de grau alto e apenas 1 (um) setor de tipologia de deslizamento (corte verticalizado e aterro) de grau alto, como segue imagens e descrições:

► ÁREA DE RISCO 1

► **Localização:** Rua Emílio Rebeiro

Ficha Complementar de Análise de Risco: SC_OUROVER_SR_1_CPRM

► **Coordenadas Geográficas:** UTM - 22J, 369956m E, 7047071m N (SIRGAS 2000)



Foto: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2018.

Caracterização: A planície de inundação dos córregos que drenam o núcleo urbano de Ouro Verde/SC, atualmente encontram-se canalizados (**Foto 4**) em alguns trechos da região central. Os eventos são recorrentes, alguns relatos de moradores corroboram que em grandes precipitações e ou períodos de chuvas intensas, ocorre o extravasamento dos córregos, atingindo moradias, que estão sobre aterro nas áreas de planície de inundação (**Fotos 2, 3 e 6**) localizadas no polígono, originando área de tipologia de inundação de grau alto R3.

Observa-se o lançamento de água servida e ou esgoto diretamente na drenagem, potencializando os riscos associados aos processos de inundação.

- **Evento:** Inundações
- **Risco:** Alto Risco.
- **Edificações expostas:** Cerca de 06
- **Pessoas expostas:** Aproximadamente 24 pessoas

Observação: O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor. Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

► ÁREA DE RISCO 2

- **Localização:** Rua Emílio Rebeiro com Rua Natalino Catapan
- **Ficha Complementar de Análise de Risco:** SC_OUROVER_SR_02_CPRM
- **Coordenadas Geográficas:** UTM - 22J, 369884m E, 7047016m N (SIRGAS 2000)



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2010.

Caracterização: A planície de inundação dos córregos (anta gordinha e melância) drenam o núcleo urbano de Ouro Verde/SC, atualmente encontram-se canalizados em alguns trechos da região central. Os eventos são recorrentes, alguns relatos de moradores corroboram que em grandes precipitações e ou períodos de chuvas intensas, ocorre o extravasamento dos córregos, atingindo moradias (**Foto 6**) que estão sobre aterro nas áreas de planície de inundação, delimitadas no polígono, onde situa-se unidades publicas como Escola municipal Benvenuto Tacca (**Fotos 1 e 2**), e Secretaria municipal de Saúde (**Fotos 5 e 6**), a qual origina área de tipologia de inundação de grau alto R3. Observa-se o lançamento de água servida e ou esgoto diretamente na drenagem potencializando os riscos associados ao processo de inundação.

- **Evento:** Inundações
- **Risco:** Alto Risco.
- **Edificações expostas:** Cerca de 04
- **Pessoas expostas:** Aproximadamente 16 pessoas

Observação: O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.

Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

► ÁREA DE RISCO 3

- **Localização:** Rua Iraci Santos
- **Ficha Complementar de Análise de Risco:** SC_OUOVER_SR_03_CPRM
- **Coordenadas Geográficas:** UTM - 22J, 369659m E, 7046849m N (SIRGAS 2000)



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2018.

Caracterização: A planície de inundação dos córregos que drenam o núcleo urbano de Ouro Verde/SC, atualmente encontram-se canalizados em alguns trechos da região central. Os eventos são recorrentes, alguns relatos de moradores corroboram que em grandes precipitações e ou períodos de chuvas intensas, ocorre o extravasamento dos córregos, atingindo moradias que estão sobre aterro nas áreas de planície de inundação localizadas no setor (**Fotos 2, 3 e 5**), a qual origina área de tipologia de inundação de grau alto R3. Observa-se o lançamento de água servida e ou esgoto diretamente nas drenagens, potencializando os riscos associados aos processos de inundação.

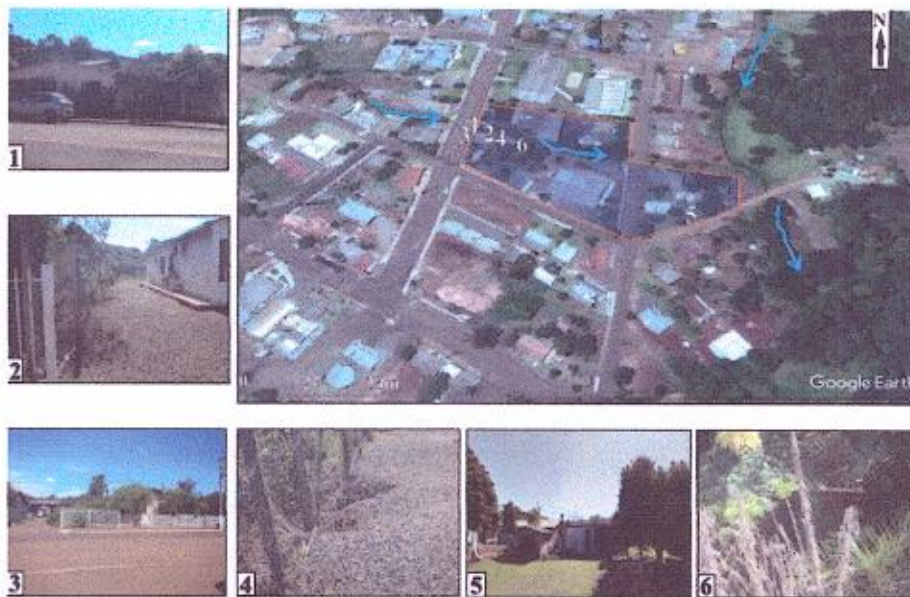
- **Evento:** Inundações
- **Risco:** Alto Risco.
- **Edificações expostas:** Cerca de 16
- **Pessoas expostas:** Aproximadamente 48 pessoas

Observação: O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.

Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

► ÁREA DE RISCO 4

- **Localização:** Rua Iraci Santos e Rua Augusto Simoneto
- **Ficha Complementar de Análise de Risco:** SC_OUROVER_SR_04_CPRM
- **Coordenadas Geográficas:** UTM - 22J, 369385m E, 7046802m N (SIRGAS 2000)



Caracterização: A planície de inundação dos córregos que drenam o núcleo urbano de Ouro Verde/SC, atualmente encontram-se canalizados em alguns trechos da região central (**Foto 3**). Os eventos são recorrentes, alguns relatos de moradores corroboram que em grandes precipitações e ou períodos de chuvas intensas, ocorre o extravasamento dos córregos, atingindo moradias, que estão sobre aterro nas áreas de planície de inundação, delimitadas no setor (**Fotos 1, 2 e 5**), originando área de tipologia de inundação de grau alto R3. Observa-se o lançamento de água servida e ou esgoto diretamente na drenagem (**Fotos 4 e 6**), potencializando os riscos associados aos processos de inundação.

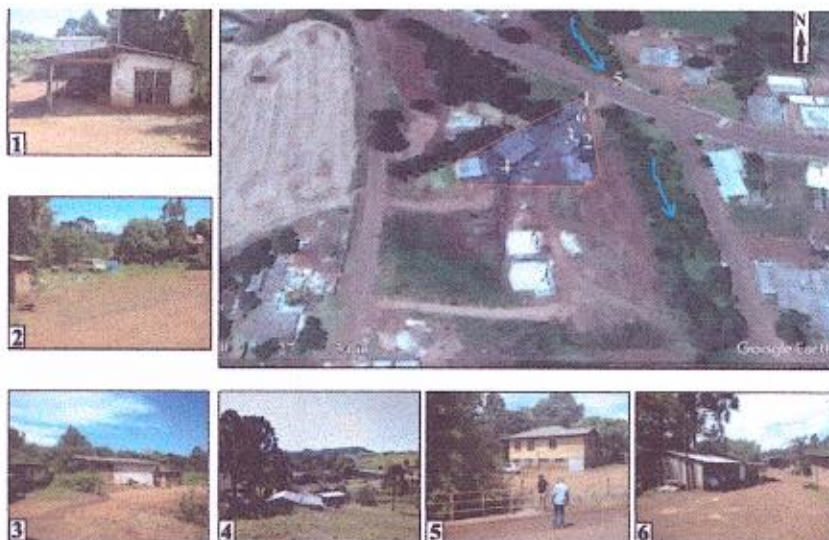
- **Evento:** Inundações
- **Risco:** Alto Risco.
- **Edificações expostas:** Cerca de 14
- **Pessoas expostas:** Aproximadamente 56 pessoas

Observação: O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.

Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

► ÁREA DE RISCO 5

- **Localização:** Rua Santa Catarina
- **Ficha Complementar de Análise de Risco:** SC_OUROVER_SR_05_CPRM
- **Coordenadas Geográficas:** UTM - 22J, 369907m E, 7046519m N (SIRGAS 2000)



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2010.

Caracterização: A planície de inundação dos córregos que drenam o núcleo urbano de Ouro Verde/SC, atualmente encontram-se canalizados em alguns trechos da região central (**Foto 5**). Os eventos são recorrentes, alguns relatos de moradores corroboram que em grandes precipitações e ou períodos de chuvas intensas, ocorre o extravasamento dos córregos, atingindo moradias que estão sobre aterro nas áreas de planície de inundação delimitadas no setor (**Fotos 1, 3 e 4**), originando área de tipologia de inundação de grau alto R3. Observa-se o lançamento de água servida e ou esgoto diretamente na drenagem, potencializando os riscos associados ao processo de inundação.

- **Evento:** Inundações
- **Risco:** Alto Risco.
- **Edificações expostas:** Cerca de 05
- **Pessoas expostas:** Aproximadamente 20 pessoas

Observação: O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.

Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

➤ ÁREA DE RISCO 6

- ▶ **Localização:** Região Sul, Rua Vítório Barreta e Rua Pernambuco
- ▶ **Ficha Complementar de Análise de Risco:** SC_OUROVER_SR_06_CPRM
- ▶ **Coordenadas Geográficas:** UTM - 22J, 369887m E, 7045976m N (SIRGAS 2000)



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2018.

Caracterização: A planície de inundação dos córregos que drenam o núcleo urbano de Ouro Verde/SC, atualmente encontram-se canalizados em alguns trechos da região central. Os eventos são recorrentes, alguns relatos de moradores corroboram que em grandes precipitações e ou períodos de chuvas intensas, ocorre o extravasamento dos córregos, atingindo moradias que estão sobre aterro nas áreas de planície de inundação delimitadas no setor (**Fotos 3 e 5**), a qual origina área de tipologia de inundação de grau alto R3. Observa-se o lançamento de água servida e ou esgoto diretamente na drenagem potencializando os riscos associados aos processos de inundação.

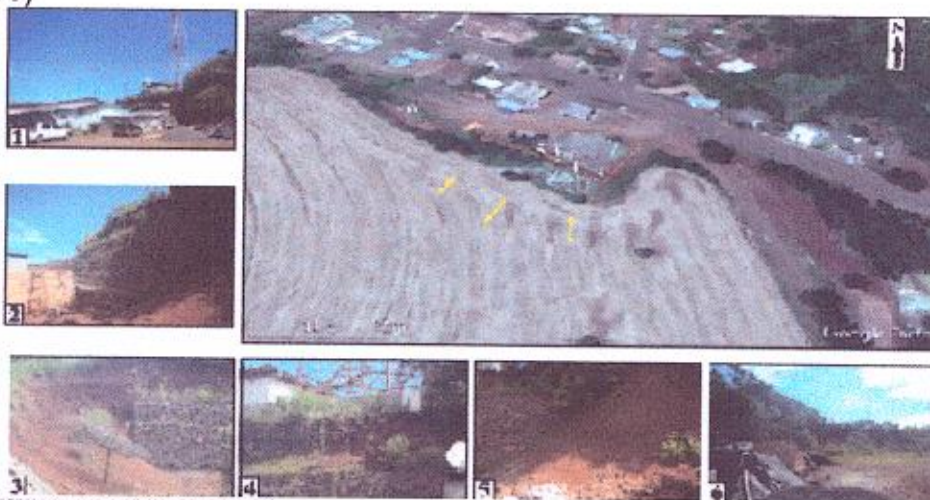
- ▶ **Evento:** Inundações
- ▶ **Risco:** Alto Risco.
- ▶ **Edificações expostas:** Cerca de 01
- ▶ **Pessoas expostas:** Aproximadamente 04 pessoas

Observação: O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.

Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso

► ÁREA DE RISCO 7

- **Localização:** Centro - Rua Santa Catarina
- **Ficha Complementar de Análise de Risco:** SC_OUOVER_SR_07_CPRM
- **Coordenadas Geográficas:** UTM - 22J, 369757m E, 7046595m N (SIRGAS 2000)



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2016.

Caracterização: A planície de inundação dos córregos que drenam o núcleo urbano de Ouro Verde/SC, atualmente encontram-se canalizados em alguns trechos da região central. Os eventos são recorrentes, alguns relatos de moradores corroboram que em grandes precipitações e ou períodos de chuvas intensas, ocorre o extravasamento dos córregos, atingindo moradias que estão sobre aterro nas áreas de planície de inundação delimitadas no setor (**Fotos 3 e 5**), a qual origina área de tipologia de inundação de grau alto R3. Observa-se o lançamento de água servida e ou esgoto diretamente na drenagem potencializando os riscos associados aos processos de inundação.

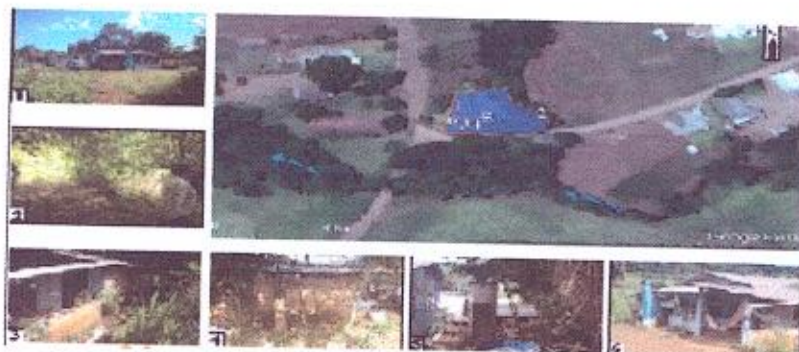
- **Evento:** Deslizamento Corte (verticalizado) e aterro
- **Risco:** Alto Risco.
- **Edificações expostas:** 02
- **Pessoas expostas:** Aproximadamente 08 pessoas

Observação: O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.

Os locais que atualmente não possuem moradias, mas apresentam características topográficas e geológicas semelhantes a este setor podem no futuro se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

► ÁREA DE RISCO 8

- **Localização:** Distrito - Zona Rural
- **Ficha Complementar de Análise de Risco:** SC_OUROVER_SR_08_CPRM
- **Coordenadas Geográficas:** UTM - 22J, 364765m E, 7047247m N (SIRGAS 2000)



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2018.

Caracterização: A planície de inundação dos córregos que drenam a zona rural de Ouro Verde/SC, atualmente encontram-se parcialmente ocupados. Os eventos são recorrentes, alguns relatos de moradores corroboram que em grandes precipitações e ou períodos de chuvas intensas, ocorre o extravasamento dos córregos, atingindo moradias que estão sobre aterro nas áreas de planície de inundação delimitadas no setor (**Fotos 1, 2, 3 e 6**), a qual origina área de tipologia de inundação de grau alto R3. Observa-se o lançamento de água servida e ou esgoto diretamente na drenagem potencializando os riscos associados aos processos de inundação.

- **Evento:** Inundação
- **Risco:** Alto Risco.
- **Edificações expostas:** 01
- **Pessoas expostas:** Aproximadamente 04 pessoas

Observação: O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.

Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

► ÁREA DE RISCO 9

- **Localização:** Distrito - Zona Rural
- **Ficha Complementar de Análise de Risco:** SC_OUROVER_SR_09_CPRM
- **Coordenadas Geográficas:** UTM - 22J, 365253m E, 7045853m N (SIRGAS 2000)



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2010.

Caracterização: A planície de inundação dos córregos (**Foto 2**) que drenam a zona rural de Ouro Verde/SC, atualmente encontram-se parcialmente ocupada. Os eventos são recorrentes, alguns relatos de moradores corroboram que em grandes precipitações e ou períodos de chuvas intensas, ocorre o extravasamento dos córregos, atingindo moradias que estão sobre aterro nas áreas de planície de inundação, delimitadas no setor (**Fotos 1, 3 e 6**), a qual origina área de tipologia de inundação de grau alto R3. Observa-se o lançamento de água servida e ou esgoto diretamente na drenagem, potencializando os riscos associados aos processos de inundação.

- **Evento:** Inundação
- **Risco:** Alto Risco.
- **Edificações expostas:** 01
- **Pessoas expostas:** Aproximadamente 04 pessoas

Observação: O número de pessoas e moradias é aproximado, devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro do setor.

Os locais que atualmente não possuem moradias, mas pertencem a planície de inundação no futuro podem se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

5.2.1 Redução de riscos

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/ Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (INMET, INPE, BDQUEIMADAS, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil, etc).	Sala de Reuniões no Gabinete da Prefeitura Municipal. AGENTE DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL VIGILANCIA SANITÁRIA
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp	Sala de Reuniões no Gabinete da Prefeitura Municipal.
	Ofertar a população do município informações sobre cadastro e acesso aos informes e alertas da defesa civil regional, em seus telefones ou aplicativos.	Técnico da defesa civil, agentes comunitários de saúde.
	Disponibilizar opções e ofertas de capacitações e cursos de acordo com o Guia de Preparação e Respostas do Setor Saúde aos Desastres (2018) buscando aprendizados sobre o tema	Membros do COES
	Adoção de uma política efetiva no enfrentamento do evento/ desastre	Membros do COES



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/ Responsáveis
Mitigação	Análise de riscos de desastres em saúde, Análise de ameaças e vulnerabilidades, Descrição do risco, Níveis de proteção	Membros do COES e as secretarias do município
	Levantamento de custos, danos e efeitos dos desastres.	Membros do COES e as secretarias do município
	Análise do impacto socioeconômico dos desastres no setor saúde, Custo no tratamento das vítimas, aumento de consultas e hospitalizações de acordo necessidade	Gestão de saúde e gestão da APS
	Maior demanda de insumos e medicamentos, reposição de estoque e compra direta emergencial de insumos necessários	Gestão da Assistência farmacêutica municipal, regional, estado.
	Organização do pessoal técnico da área de saúde, aumento da mão-de-obra, contratos emergenciais de profissionais de saúde	Gestão de saúde e gestão da APS
	Plano de evacuação de locais de risco, e possíveis vítimas, ou resgate em segurança	Membros do COES, bombeiros, secretaria saúde.
	Custo financeiro aumentado devido as intervenções sanitárias e epidemiológicas (fornecimento de água e saneamento, controle de vetores e zoonoses, imunização, vigilância em saúde, serviços de laboratórios)	Membros do COES Equipe APS, VS, VE e UBS, laboratórios.
	Organizar equipes para demolição e limpeza, reparo e reposição de equipamentos, mobiliário, etc.	Secretaria Obras



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/ Responsáveis
	De acordo com o desastre e a real necessidade, avaliar a montagem e gestão de hospital campanha, programas de saúde, tendas de atendimentos de saúde emergenciais, reposição insumos e medicamentos.	Membros do COES Defesa civil Assistência farmacêutica
Preparação	Comitê Operativo de Emergência em Saúde (COEs-Saúde Municipal) centro de coordenação setorial e de tomada de decisões	COEs-Saúde Municipal, de acordo com portaria ou decreto municipal
	Definir o local da Sala de situação, garantindo boa localização, segurança, ambiente equipado	Membros do COES
	Garantir Equipes técnicas multidisciplinares e fortalecimento das áreas técnicas, eleger coordenador, especialistas em várias áreas, administrador de campo para mobilizar pessoal nas ações	Membros do COES Comunidade em geral Secretarias municipais
	Alerta para aumentos de doenças transmissíveis, garantir a detecção e controle precoce, avaliar o mapa territorial local e possíveis incidências para ações rápidas	Secretaria de saúde ACS e ACE Defesa civil
	Atenção em saúde mental, devido impacto e danificação emocional causada	Secretaria de saúde setor psicologia
	Logística, Provisão de água e saneamento, medicamentos, insumos gerais	Membros do COES Secretarias municipais Setor farmacêutico



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/ Responsáveis
	Gestão de informação pública e comunicação social para divulgação de informações diversas e necessárias através dos meios de comunicação locais e acessíveis	Assessoria imprensa local
	Controle sanitário em abrigos e acampamentos temporários, Local abrigo temporário municipal: Centro Múltiplo Uso de Ouro Verde, rua Julio Tacca SN Bairro Centro Ouro Verde/SC.	Membros do COES Comunidade em geral

5.2.2 Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/ Responsáveis
ESPIL Emergência de Saúde Pública de Nível Local.	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Ponto focal do VIGIDESASTRES municipal, gabinete prefeitura municipal
	Organização do setor saúde para a resposta, seguir o plano, Avaliação de danos e necessidades em saúde, Avaliação e análise da situação	Secretaria de saúde, membros COES, defesa civil, prefeitura municipal



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

	Declaração de emergência sanitária, avaliando os efeitos do evento sobre a infraestrutura e os serviços de saúde, Efeitos do evento sobre as habitações (condições de vida das pessoas), Avaliação dos sistemas de resposta.	
	Assistência humanitária para abrigo, alimentação, nutrição, água, saneamento a população afetada, Intervenções e operações das necessidades envolvidas dentre os diversos setores da rede assistencial do município	Secretarias do município, COES, comunidade em geral
	Resposta das áreas técnicas do setor saúde; Busca, Manejo e resgate de vítimas; Classificação e estabilização das vítimas, Manejo e transporte pré-hospitalar, avaliar em forma de triagem médica a classificação e priorização do estado das vítimas. Redistribuição dos pacientes a outros hospitais se necessário; Triagem local em segurança e com EPI's para a evacuação das vítimas; Se tiver óbitos, cuidados legais com os cadáveres (identificação, cuidados e armazenamentos destes cadáveres) Apoio às famílias e aos parentes	Equipe de saúde, APS, UBS, VE, VS, Corpo bombeiros, defesa civil, hospitais referências da região, sistema funeral/óbitos. Cartório de Registro óbitos.
	Atenção a emergências químicas e radiológicas, Ações iniciais, Descontaminação, Zonas de controle de incidente, Proteção das pessoas e evacuação do local. Advertência e alerta aos serviços de saúde;	Defesa civil, polícia militar



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

5.2.3 Recuperação

Recuperação	Ações	Coordenadores/ Responsáveis
Reabilitação ou recuperação	É a fase de recuperação pós-desastre, desenvolvimento de tarefas na gestão dos desastres, cujo objetivo central é tratar de normalizar a vida das comunidades afetadas, tanto como restabelecer o funcionamento dos setores sociais (saúde, educação, moradia) e de setores produtivos (indústrias, comunicações, transporte, etc.) Dependendo da severidade dos danos, da complexidade dos mesmos, assim como da disponibilidade de recursos financeiros, a fase de recuperação pode durar anos ou décadas.	Secretarias municipais, gestão de recursos financeiros;
	Avaliação, levantamento e relatórios de todos os danos e perdas	Defesa civil, membros COES
	Avaliar as necessidades no campo da atenção médica, no campo da vigilância das doenças	UBS, APS
	Elencar as prioridades na Assistência às populações dos abrigos temporários	MEMBROS COES E DEFESA CIVIL
	Olhar para a saúde ambiental, Assegurar o abastecimento de água em quantidade razoável e o controle de qualidade, seja ao consumo humano ou animal.	Secretaria meio ambiente, Secretarias municipais, VS.
	Priorizar a reparação e restauração das fontes de abastecimento, as redes primárias e secundárias;	
	Reparação das redes de deságue de águas servidas e excretas em zonas de maior risco para a saúde.	
	Disposição ou tratamento dos resíduos hospitalares, pelo risco potencial de contaminação do meio.	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

	Buscar fontes de financiamento e conseguir recursos complementares para ações de reconstrução necessárias nos diversos setores, seja saúde, habitação, social, educação, obras.	Secretarias municipais, gestão de recursos financeiros;

Segue abaixo os Links de acesso para informações e construção das tabelas de redução de riscos:

<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/adbd1fb1bd20e237ab67233e3f0a4cfe67a267c.PDF>

<http://andromeda.ensp.fiocruz.br/desastres/>

NOTA TÉCNICA CONJUNTA nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC - Fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.

Lei Nº 18024 DE 26/10/2020 Estabelece normas para evitar a propagação de doenças transmitidas por vetores - febre amarela (*Aedes albopictus*) e dengue (*Aedes aegypti*) no Estado de Santa Catarina.

DECRETO Nº 1.897, DE 4 DE MAIO DE 2022 Regulamenta a Lei nº 18.024, de 2020, que estabelece normas para evitar a propagação de doenças transmitidas por vetores - febre amarela (*Aedes albopictus*) e dengue (*Aedes aegypti*) no Estado de Santa Catarina.

6. Organização da resposta às emergências em saúde pública.

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de Estado da Saúde o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021), com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da emergência.

6.2 Sala de situação

Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde (item 6.1). Os representantes (Quadro 00) terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.

Quadro 00. Lista de representantes da SMS.

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	Telefone	e-mail
Secretário municipal de Saúde Henrique Vogel	(49) 99164-6750	saude@ouroverde.sc.gov.br
Vigilância sanitária Dirlei Pasini Guiotto	(49) 98808-8760	vig.sanitaria@ouroverde.sc.gov.br



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Vigilância Epidemiológica Elizabete de Fátima Paz Moro	(49) 99936-1615	ubsouoverde@bol.com.br
Assistência farmacêutica Jessica Cadini	(49) 98876-5802	farmacia@ouroverde.sc.gov.br
Atenção Básica Poliane Zanata Nunes	(49) 99979-7962	ubsouoverde@bol.com.br

7. Informações à população

A redução de danos e agravos à saúde durante a ocorrência de eventos adversos é muito mais efetiva quando é utilizada a comunicação na sua melhor forma para divulgar as instruções relativas aos procedimentos de controle de doenças e agravos à saúde pública que se verificam nessas situações. É importante destacar que, sem informações não é possível investigar, planificar e monitorar as ameaças, avaliar os riscos à saúde ou responder adequadamente a um desastre.

O setor saúde poderá utilizar, nesse contexto, todos os meios de comunicação disponíveis, sendo eles: site oficial do município, redes e mídias sociais, rádios, televisão regional, aplicativos de comunicação (wattsApp), tanto para alertas antecipados internos sobre eventos adversos, destinados à mobilização de suas equipes, quanto para disseminação de notas técnicas,



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

informes e instruções ao corpo técnico e à população para controle de surtos epidêmicos e outras doenças de importância epidemiológica nas diferentes fases do evento.

As demais informações sobre o evento adverso, previsões de ocorrências, número de desabrigados e desalojados, doentes, feridos, desaparecidos e outras de relevância para a população serão repassadas à imprensa pelos Gestores Municipais, Estaduais e da Defesa Civil.

8. Capacitações

A formação e capacitação permanente dos profissionais de saúde é essencial para o êxito das fases de preparação e resposta e deve incorporar diferentes setores da saúde responsáveis pela gestão de risco de desastres. O PPR do setor saúde deve prever capacitações periódicas de profissionais e promover exercícios simulados, tanto para testar como para atualizar o plano elaborado, planejar ações juntamente com defesa civil local e regional.

Programas de capacitação profissional em saúde e desastres podem ser desenvolvidos por meio de um esforço conjunto entre o setor saúde, recursos humanos e instituições de ensino, levando em conta a realidade local. Os conteúdos devem abordar conhecimentos sobre atenção e vigilância em desastres no âmbito de áreas específicas e como parte integrante da formação profissional em processo de trabalho. Isso significa que cada profissional de saúde deve estar capacitado em sua especialidade para agir em contexto de desastre, seja de origem natural, seja tecnológico.

Profissionais de urgência e emergência deverão estar preparados em primeiros socorros para os principais problemas, como escoriações, afogamentos, crises de hipertensão – além de profissionais de vigilância capacitados para atuar na vigilância da água, evitando risco de contaminação. Os profissionais de apoio, como telefonistas, recepcionistas, motoristas,



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

segurança e limpeza, também devem ser capacitados, pois desempenham funções essenciais para uma resposta eficiente.

A capacitação pode ser feita de modo presencial, a distância EAD ou integrando essas diferentes modalidades. Estratégias voltadas para a capacitação em saúde e desastres têm sido oferecidas por instituições de ensino e pesquisa por meio de cursos, palestras, com o uso de cartilhas, materiais educativos e ambientes virtuais de aprendizagem.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

9. Referências Bibliográficas

1. Freitas, Carlos Machado de Guia de preparação e respostas do setor saúde aos desastres / Carlos Machado de Freitas, Maíra Lopes Mazoto e Vânia da Rocha. — Rio de Janeiro, RJ : Fiocruz/Secretaria de Vigilância em Saúde, 2018.

2. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc>

3. <https://s2id.mi.gov.br/paginas/relatorios/>

4. <http://www.defesacivil.rj.gov.br/images/formularios/COBRADE.pdf>

CLASSIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO BRASILEIRA DE DESASTRES – COBRADE

5. <https://www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br/index.php/component/content/article/vigidesastres.html?catid=50&Itemid=109>

6. file:///C:/Users/User/Downloads/CIB%20099-2022.PDF

7. <http://andromeda.ensp.fiocruz.br/desastres/content/estrategias-para-reducao-de-risco-de-desastres-em-saude>

8. <http://andromeda.ensp.fiocruz.br/desastres/>

9. <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/adbd1f1b1bd20e237ab67233e3f0a4cfe67a267c.PDF>

10. NOTA TÉCNICA CONJUNTA nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC - Fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

11. Lei Nº 18024 DE 26/10/2020 Estabelece normas para evitar a propagação de doenças transmitidas por vetores - febre amarela (*Aedes albopictus*) e dengue (*Aedes aegypti*) no Estado de Santa Catarina.

12. DECRETO Nº 1.897, DE 4 DE MAIO DE 2022 Regulamenta a Lei nº 18.024, de 2020, que estabelece normas para evitar a propagação de doenças transmitidas por vetores - febre amarela (*Aedes albopictus*) e dengue (*Aedes aegypti*) no Estado de Santa Catarina.

Glossário

Anexos

Anexo I

Lista de equipamentos e máquinas

Equipamento/ Máquina	Quantidade	Localização
Caminhoes Caçamba	4	Secretaria de Obras
Motoniveladora	2	Secretaria de Obras
Caminhao Pipa	1	Secretaria de Obras
RetroEscavadeira	2	Secretaria de Obras
Escavadeira Hidraulica	2	Secretaria de Obras

Anexo II

Contatos interinstitucionais

Instituições	Nome	Contatos (Telefone institucional e/ou Celular)
Assistencial Social (CRAS)	Secretario da Assistência Social Gilmar dos Santos Lara	49 8877-4545 3447-0051



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Estabelecimento de ensino e educação	Secretário da Educação Elaine Maria Scheis	49 8864-3074
Conselho tutelar	Conselheiros	49 8836-0265
Polícia Militar de Abelardo Luz	Carlos Guinzelli comandante	49 8401-3360 3382-2338 3382-2062
Corpo de Bombeiros	Corpo de Bombeiros Abelardo Luz	(49) 3382-2255
Defesa Civil Municipal	Cintia Regina Selig	49 8839-6934
Prefeitura Municipal	Prefeito Moacir Mottin Poder executivo	49 3447-0007 49 8882-9831
Setor Meio Ambiente	Dirceu Vitor Fabris	49 9 9830-6038
Agente de Endemias	Rosane dos Santos	49 9981-4414
Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal	Edilson Ribeiro	49 9962-0999
Secretaria Infraestrutura e obras	João Canton	49 8809-2820
Setor de Habitação	Izabel Ferreira	49 98900-7602
Casan	Lucas Lorenzon	49 9 9819-1629
Celesc	Emergências Ouvidoria	08000480196 08000483232
Cidasc	Médicos veterinários da prefeitura municipal	49 3447-0037 49 34454211 (Abelardo Luz)
Epagi	Camila Correa	49 9 9951-3494
Câmara de vereadores	Ronival Plazdo dos Santos	49 3447-0034

Anexo III - TABELA COBRADE

Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade)

GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA	
1. NATURAIS	1. Geológico	1. Terremoto	1. Tremor de terra	0	Vibrações do terreno que provocam oscilações verticais e horizontais na superfície da Terra (ondas sísmicas). Pode ser natural (tectônica) ou induzido (explosões, injeção profunda de líquidos e gás, extração de fluidos, alívio de carga de minas, enchimento de lagos artificiais).	1.1.1.1.0	
		2. Tsunami	0	Série de ondas geradas por deslocamento de um grande volume de água causado geralmente por terremotos, erupções vulcânicas ou movimentos de massa.	1.1.1.2.0		
		2. Emissão vulcânica	0	0	Produtos/materiais vulcânicos lançados na atmosfera a partir de erupções vulcânicas.	1.1.2.0.0	
		3. Movimento de massa	1. Quedas, tombamentos e rolamentos	1. Blocos	As quedas de blocos são movimentos rápidos e acontecem quando materiais rochosos diversos e de volumes variáveis se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre. Os tombamentos de blocos são movimentos de massa em que ocorre rotação de um bloco de solo ou rocha em torno de um ponto ou abaixo do centro de gravidade da massa desprendida. Rolamentos de blocos são movimentos de blocos rochosos ao longo de encostas, que ocorrem geralmente pela perda de apoio (descaçamento).	1.1.3.1.1	
		2. Lascas	As quedas de lascas são movimentos rápidos e acontecem quando fatias delgadas formadas pelos fragmentos de rochas se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre.	1.1.3.1.2			
		3. Matacões	Os rolamentos de matacões são caracterizados por movimentos rápidos e acontecem quando materiais rochosos diversos e de volumes variáveis se destacam de encostas e movimentam-se num plano inclinado.	1.1.3.1.3			
		4. Lajes	As quedas de lajes são movimentos rápidos e acontecem quando fragmentos de rochas extensas de superfície mais ou menos plana e de pouca espessura se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre.	1.1.3.1.4			
		2. Deslizamentos	1. Deslizamentos de solo e/ou rocha	São movimentos rápidos de solo ou rocha, apresentando superfície de ruptura bem definida, de duração relativamente curta, de massas de terreno geralmente bem definidas quanto ao seu volume, cujo centro de gravidade se desloca para baixo e para fora do talude. Frequentemente, os primeiros sinais desses movimentos são a presença de fissuras.	1.1.3.2.1		

1. NATURAIS	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	CÓDIGO	SIMBOLOGIA
	1. Geológico		3. Corridas de massa	1. Solo/Lama	Ocorrem quando, por índices pluviométricos excepcionais, o solo/lama, misturado com a água, tem comportamento de líquido viscoso, de extenso raio de ação e alto poder destrutivo.	1.1.3.3.1	
				2. Rocha/Detrito	Ocorrem quando, por índices pluviométricos excepcionais, rocha/detrito, misturado com a água, tem comportamento de líquido viscoso, de extenso raio de ação e alto poder destrutivo.	1.1.3.3.2	
			4. Subsídências e colapsos	0	Afundamento rápido ou gradual do terreno devido ao colapso de cavidades, redução da porosidade do solo ou deformação de material argiloso.	1.1.3.4.0	
		4. Erosão	1. Erosão costeira/Marinha	0	Processo de desgaste (mecânico ou químico) que ocorre ao longo da linha da costa (rochosa ou praia) e se deve à ação das ondas, correntes marinhas e marés.	1.1.4.1.0	
				0	Desgaste das encostas dos rios que provoca desmoronamento de barrancos.	1.1.4.2.0	
			3. Erosão continental	1. Laminar	Remoção de uma camada delgada e uniforme do solo superficial provocada por fluxo hídrico não concentrado.	1.1.4.3.1	
				2. Ravinas	Evolução, em tamanho e profundidade, da desagregação e remoção das partículas do solo de sulcos provocada por escoamento hídrico superficial concentrado.	1.1.4.3.2	
				3. Boçorocas	Evolução do processo de ravinamento, em tamanho e profundidade, em que a desagregação e remoção das partículas do solo são provocadas por escoamento hídrico superficial e subsuperficial (escoamento freático) concentrado.	1.1.4.3.3	
	2. Hidrológico	1. Inundações	0	0	Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.	1.2.1.0.0	
		2. Enxurradas	0	0	Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.	1.2.2.0.0	
		3. Alagamentos	0	0	Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.	1.2.3.0.0	

1. NATURAIS	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
	3. Meteorológico	1. Sistemas de grande escala/Escala regional	1. Ciclones	1. Ventos costeiros (mobilidade de dunas)	Intensificação dos ventos nas regiões litorâneas, movimentando dunas de areia sobre construções na orla.	1.3.1.1.1	
				2. Marés de tempestade (ressaca)	São ondas violentas que geram uma maior agitação do mar próximo à praia. Ocorrem quando rajadas fortes de vento fazem subir o nível do oceano em mar aberto e essa intensificação das correntes marítimas carrega uma enorme quantidade de água em direção ao litoral. Em consequência, as praias inundam, as ondas se tornam maiores e a orla pode ser devastada alagando ruas e destruindo edificações.	1.3.1.1.2	
			2. Frentes frias/Zonas de convergência	0	Frente fria é uma massa de ar frio que avança sobre uma região, provocando queda brusca da temperatura local, com período de duração inferior à friagem. Zona de convergência é uma região que está ligada à tempestade causada por uma zona de baixa pressão atmosférica, provocando forte deslocamento de massas de ar, vendavais, chuvas intensas e até queda de granizo.	1.3.1.2.0	
		2. Tempestades	1. Tempestade local/Convectiva	1. Tornados	Coluna de ar que gira de forma violenta e muito perigosa, estando em contato com a terra e a base de uma nuvem de grande desenvolvimento vertical. Essa coluna de ar pode percorrer vários quilômetros e deixa um rastro de destruição pelo caminho percorrido.	1.3.2.1.1	
				2. Tempestade de raios	Tempestade com intensa atividade elétrica no interior das nuvens, com grande desenvolvimento vertical.	1.3.2.1.2	
				3. Granizo	Precipitação de pedaços irregulares de gelo.	1.3.2.1.3	
				4. Chuvas intensas	São chuvas que ocorrem com acumulados significativos, causando múltiplos desastres (ex.: inundações, movimentos de massa, enxurradas, etc.).	1.3.2.1.4	
				5. Vendaval	Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.	1.3.2.1.5	
		3. Temperaturas extremas	1. Onda de calor	0	É um período prolongado de tempo excessivamente quente e desconfortável, onde as temperaturas ficam acima de um valor normal esperado para aquela região em determinado período do ano. Geralmente é adotado um período mínimo de três dias com temperaturas 5°C acima dos valores máximos médios.	1.3.3.1.0	

1. NATURAIS

GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA	
3. Meteorológico		2. Onda de frio	1. Friagem	Período de tempo que dura, no mínimo, de três a quatro dias, e os valores de temperatura mínima do ar ficam abaixo dos valores esperados para determinada região em um período do ano.	1.3.3.2.1		
			2. Geadas	Formação de uma camada de cristais de gelo na superfície ou na folhagem exposta.	1.3.3.2.2		
	1. Seca	1. Estiagem	0	Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.	1.4.1.1.0		
		2. Seca	0	A seca é uma estiagem prolongada, durante o período de tempo suficiente para que a falta de precipitação provoque grave desequilíbrio hidrológico.	1.4.1.2.0		
		3. Incêndio florestal	1. Incêndios em parques, áreas de proteção ambiental e áreas de preservação permanente nacionais, estaduais ou municipais	Propagação de fogo sem controle, em qualquer tipo de vegetação situada em áreas legalmente protegidas.	1.4.1.3.1		
			2. Incêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar	Propagação de fogo sem controle, em qualquer tipo de vegetação que não se encontre em áreas sob proteção legal, acarretando queda da qualidade do ar.	1.4.1.3.2		
		4. Baixa umidade do ar	0	Queda da taxa de vapor de água suspensa na atmosfera para níveis abaixo de 20%.	1.4.1.4.0		
	5. Biológico	1. Epidemias	1. Doenças infecciosas virais	0	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.	1.5.1.1.0	
			2. Doenças infecciosas bacterianas	0	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por bactérias.	1.5.1.2.0	
			3. Doenças infecciosas parasíticas	0	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por parasitas.	1.5.1.3.0	
			4. Doenças infecciosas fúngicas	0	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por fungos.	1.5.1.4.0	

	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. NATURAIS	5. Biológico	2. Infestações/ Pragas	1. Infestações de animais	0	Infestações por animais que alterem o equilíbrio ecológico de uma região, bacia hidrográfica ou bioma afetado por suas ações predatórias.	1.5.2.1.0	
			2. Infestações de algas	1. Marés vermelhas	Aglomeração de microalgas em água doce ou em água salgada suficiente para causar alterações físicas, químicas ou biológicas em sua composição, caracterizada por uma mudança de cor, tornando-se amarela, laranja, vermelha ou marrom.	1.5.2.2.1	
				2. Cianobactérias em reservatórios	Aglomeração de cianobactérias em reservatórios receptores de descargas de dejetos domésticos, industriais e/ou agrícolas, provocando alterações das propriedades físicas, químicas ou biológicas da água.	1.5.2.2.2	
			3. Outras infestações	0	Infestações que alterem o equilíbrio ecológico de uma região, bacia hidrográfica ou bioma afetado por suas ações predatórias.	1.5.2.3.0	
2. TECNOLÓGICOS	1. Desastres relacionados a substâncias radioativas	1. Desastres siderais com riscos radioativos	1. Queda de satélite (radionuclídeos)	0	Queda de satélites que possuem, na sua composição, motores ou corpos radioativos, podendo ocasionar a liberação deste material.	2.1.1.1.0	
		2. Desastres com substâncias e equipamentos radioativos de uso em pesquisas, indústrias e usinas nucleares	1. Fontes radioativas em processos de produção	0	Escapamento acidental de radiação que excede os níveis de segurança estabelecidos na norma NN 3.01/006:2011 da CNEN.	2.1.2.1.0	
		3. Desastres relacionados com riscos de intensa poluição ambiental provocada por resíduos radioativos	1. Outras fontes de liberação de radionuclídeos para o meio ambiente	0	Escapamento acidental ou não acidental de radiação originária de fontes radioativas diversas e que excede os níveis de segurança estabelecidos na norma NN 3.01/006:2011 e NN 3.01/011:2011 da CNEN.	2.1.3.1.0	
	2. Desastres relacionados a produtos perigosos	1. Desastres em plantas e distritos industriais, parques e armazenamentos com extravasamento de produtos perigosos	1. Liberação de produtos químicos para a atmosfera causada por explosão ou incêndio	0	Liberação de produtos químicos diversos para o ambiente, provocada por explosão/incêndio em plantas industriais ou outros sítios.	2.2.1.1.0	

2. TECNOLÓGICOS

GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
2. Desastres relacionados a produtos perigosos	2. Desastres relacionados à contaminação da água	1. Liberação de produtos químicos nos sistemas de água potável	0	Derramamento de produtos químicos diversos em um sistema de abastecimento de água potável, que pode causar alterações nas qualidades físicas, químicas, biológicas.	2.2.2.1.0	
		2. Derramamento de produtos químicos em ambiente lacustre, fluvial, marinho e aquífero	0	Derramamento de produtos químicos diversos em lagos, rios, mar e reservatórios subterrâneos de água, que pode causar alterações nas qualidades físicas, químicas e biológicas.	2.2.2.2.0	
	3. Desastres relacionados a conflitos bélicos	1. Liberação de produtos químicos e contaminação como consequência de ações militares	0	Agente de natureza nuclear ou radiológica, química ou biológica, considerado como perigoso, e que pode ser utilizado intencionalmente por terroristas ou grupamentos militares em atentados ou em caso de guerra.	2.2.3.1.0	
	4. Desastres relacionados a transporte de produtos perigosos	1. Transporte rodoviário	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal rodoviário.	2.2.4.1.0	
		2. Transporte ferroviário	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal ferroviário.	2.2.4.2.0	
		3. Transporte aéreo	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal aéreo.	2.2.4.3.0	
		4. Transporte dutoviário	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal dutoviário.	2.2.4.4.0	
		5. Transporte marítimo	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal marítimo.	2.2.4.5.0	
		6. Transporte aquaviário	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal aquaviário.	2.2.4.6.0	
3. Desastres relacionados a incêndios urbanos	1. Incêndios urbanos	1. Incêndios em plantas e distritos industriais, parques e depósitos	0	Propagação descontrolada do fogo em plantas e distritos industriais, parques e depósitos.	2.3.1.1.0	
		2. Incêndios em aglomerados residenciais	0	Propagação descontrolada do fogo em conjuntos habitacionais de grande densidade.	2.3.1.2.0	

2. TECNOLÓGICOS	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
	4. Desastres relacionados a obras civis	1. Colapso de edificações	0	0	Queda de estrutura civil.	2.4.1.0.0	
		2. Rompimento/colapso de barragens	0	0	Rompimento ou colapso de barragens.	2.4.2.0.0	
	5. Desastres relacionados a transporte de passageiros e cargas não perigosas	1. Transporte rodoviário	0	0	Acidente no modal rodoviário envolvendo o transporte de passageiros ou cargas não perigosas.	2.5.1.0.0	
		2. Transporte ferroviário	0	0	Acidente com a participação direta de veículo ferroviário de transporte de passageiros ou cargas não perigosas.	2.5.2.0.0	
		3. Transporte aéreo	0	0	Acidente no modal aéreo envolvendo o transporte de passageiros ou cargas não perigosas.	2.5.3.0.0	
		4. Transporte marítimo	0	0	Acidente com embarcações marítimas destinadas ao transporte de passageiros e cargas não perigosas.	2.5.4.0.0	
		5. Transporte aquaviário	0	0	Acidente com embarcações destinadas ao transporte de passageiros e cargas não perigosas.	2.5.5.0.0	